
EFEITOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA ESTIAGEM NAS PRINCIPAIS CULTURAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SAFRA 1985/86

José Eduardo Rodrigues Veiga
Elcio Umberto Gatti
Roberto de Assumpção

1 – INTRODUÇÃO

A safra agrícola caracterizada como a primeira da "Nova República" foi afetada por uma seca prolongada que atingiu a Região Centro-Sul, ao mesmo tempo que o Governo então empossado ainda se definia quanto à sua política econômica no sentido de administrar um País que se encontrava em estag-inflação. Nesse contexto, a ocorrência da estiagem foi um sério agravante, logo noticiado pela imprensa, de maneira geralmente alarmista. No entanto, a ênfase no aspecto econômico esteve presente todo o tempo, o que praticamente reduziu o choque climático à questão do abastecimento. Porém, foi na zona rural que faltou chuva e é sobre o homem que trabalha a terra que o seu efeito imediato e de maiores conseqüências se faz sentir.

No Estado de São Paulo, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), o número médio anual de trabalhadores rurais efetivamente ocupado era de 1.345 mil no ano agrícola de 1979/80. Destes, 25,6% têm acesso à posse de terra e constituem-se em proprietários; os outros 74,4% se compõem de assalariados permanentes, volantes, arrendatários, parceiros e meeiros. Enfim, um segmento social que obtém o seu sustento pelo trabalho e que num ano atípico como o de 1985/86 não pôde realizar o potencial de sua produção, escasseando ou mesmo deixando de constituir o salário ou a parcela da produção a que teria direito para o seu sustento.

A repercussão da estiagem sobre este segmento motivou a realização deste trabalho, cujo objetivo é justamente o de resgatar a dimensão social dos choques climáticos sobre a produção agrícola. Nesse sentido, tenta-se mostrar o impacto da estiagem na safra 1985/86 sobre a quantidade de trabalho demandada pelas principais atividades agrícolas do Estado de São Paulo.

2—METODOLOGIA

A região de abrangência deste trabalho é o Estado de São Paulo. Inicialmente, foram confrontados os dados de precipitação pluviométrica do ano agrícola 1985/86 — que se caracterizou pela estiagem — com aqueles dos anos anteriores.

As principais atividades agrícolas do Estado de São Paulo, sob o ponto de vista do emprego, constituíram o conjunto das culturas abordadas, a saber: algodão, amendoim das águas, arroz, feijão das águas, milho, soja, café, laranja e cana-de-açúcar.

Os dados utilizados para estimar os efeitos da estiagem sobre a produção agrícola referem-se aos levantamentos de previsão e estimativas das safras agrícolas no Estado de São Paulo, realizados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), com a colaboração da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) (quadro 2). Assim, foram utilizados o levantamento final da safra 1984/85 e o primeiro levantamento da safra 1985/86 — denominado "Intenção de Plantio" — realizado no período de 20/09/85 a 10/10/85, o qual reflete a expectativa de plantio dos produtores, anterior aos efeitos da estiagem. Por último, recorreu-se ao levantamento realizado no mês de dezembro de 1985 (27/12/85), posterior ao evento climático, ao qual foram acrescentadas hipóteses sobre as produtividades a serem alcançadas pelas culturas. Nesse sentido, empregaram-se as produtividades dos dez anos anteriores à safra em questão, buscando refletir a ocorrência de fenômenos climáticos diversos (secas, geadas, chuvas excessivas, etc.) sobre a produção. Desse modo foram consideradas, como produtividades hipotéticas, o pior resultado nos dez anos anteriores à safra 85/86 (hipótese I) e a média dos cinco piores resultados nesse mesmo período (hipótese II).

• Os dados utilizados para estimar os efeitos da estiagem sobre a quantidade de emprego foram obtidos a partir das estimativas de área anteriormente citadas, tendo por base os coeficientes técnicos de produção de mão-de-obra — em quantidade consumida em dias de oito horas de trabalho de um homem adulto por unidade de área (hectare), nas diversas operações agrícolas realizadas no processo de produção (dh — (dia-homem)), levando-se em consideração o tipo de cultura e os níveis tecnológicos encontrados nas dez Divisões Regionais Agrícolas do Estado de São Paulo (DIRAs) ⁽¹⁾.

Na análise efetuada procurou-se, em primeiro lugar, estimar os efeitos da estiagem sobre a produção agrícola e, a seguir, sobre o emprego. Quanto à demanda de trabalho, comparou-se, primeiramente, a absorção de mão-de-obra ocorrida na safra 1984/85 com a possível absorção que ocorreria em 1985/86, caso não tivesse existido a estiagem (quadro 3 versus quadro 4).

(1) Detalhes metodológicos deste procedimento podem ser vistos em Gatti, Elcio U. *A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta*. São Paulo, FEA/USP, 1984. 181p. (Tese — Mestrado)

Posteriormente, procurou-se saber qual teria sido a queda na absorção de mão-de-obra devido à redução de área plantada entre o primeiro e o segundo levantamento da safra 1985/86 (quadro 4 versus quadro 5) — aspecto denominado de efeito-área — e qual teria sido a queda na absorção de mão-de-obra decorrente da redução da produção — efeito-produção. Este último ponto foi desenvolvido através da comparação das estimativas de absorção de mão-de-obra do segundo levantamento, assumindo hipótese de produtividade normal (quadro 5) e as produtividades das hipóteses I e II, que refletem a estiagem (quadros 6 e 7).

Respondidas as questões acima, comparou-se a queda de absorção de mão-de-obra da safra 1984/85 (quadro 3) com a safra 1985/86, acrescentando-se a esta última as estimativas que utilizaram, concomitantemente, o efeito-área e o efeito-produção, por ser a estimativa que mais se aproxima da realidade de emprego encontrada pelos trabalhadores (quadros 6 e 7). Finalizando, foi realizada uma conversão do total de dias-homem em número de trabalhadores, a fim de aquilatar, aproximadamente, o tamanho da população trabalhadora atingida pelo desemprego, em virtude da seca. Nesta suposição foi estabelecido que um indivíduo trabalha 25 dias/mês, que é uma suposição sabidamente elevada para a realidade do emprego agrícola no Estado. E isto para que se estimasse um número de trabalhadores atingidos, pois, na realidade, o número deveria ser maior do que o estimado.

3 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seca que ocorreu na Região Centro-Sul do Brasil, na safra 1985/86, pode ser visualizada a partir de dados climáticos para o Estado de São Paulo. Assim, o início do ano agrícola 1985/86 caracterizou-se por uma estiagem que se prolongou durante os meses de agosto, setembro e outubro de 1985, apresentando baixos índices de precipitação relativamente àqueles dos anos anteriores. Nesses três meses, a precipitação total observada em 1985 foi de 75,1mm, enquanto que o mesmo parâmetro foi de 250,1mm no período entre 1976 e 1984 (quadro 1).

Nestes meses concentram-se os trabalhos de preparo do solo e de plantio das principais culturas agrícolas anuais. A baixa precipitação e a sua duração comprometeram, portanto, não apenas a execução dessas atividades, como também o índice de germinação das lavouras já semeadas, tornando necessários os replantios e mesmo os plantios tardios no calendário agrícola, com reflexo sobre a produção a ser colhida futuramente, através de redução da área semeada, principalmente por questões econômicas, e redução da produtividade da cultura por unidade de área; no caso das culturas perenes, o principal prejuízo deve-se principalmente à queda da produtividade.

Os resultados estimados indicaram decréscimos expressivos na produção dos produtos na safra 1985/86, quando comparada à safra 1984/85. Desse modo, o arroz e o algodão teriam decréscimo de produção da ordem de 44% a 61% e de 38% a 54%, respectivamente; o café teria decréscimo de produção de cerca de 23% a 52%; o feijão das

águas, de 31% a 42%; o amendoim das águas de 33% a 37%; o milho de 26% a 39%; a soja de 24% a 39%; a laranja de 16% a 26%; e, finalmente, a cana-de-açúcar teria a sua produção alterada de modo inexpressivo (quadro 2).

Quanto à análise dos efeitos da estiagem sobre a quantidade de emprego demandada pelas principais atividades agrícolas do Estado de São Paulo, inicialmente cabe salientar que os fatores de risco que podem incidir sobre as lavouras jamais alteram, significativamente, a demanda pelo emprego agrícola nas operações intermediárias do ciclo produtivo. Isto porque, desde que o progresso técnico na agricultura permitiu a substituição parcial do trabalho humano por máquinas, equipamentos e agrotóxicos, restou ao trabalhador apenas as tarefas residuais no período de crescimento e maturação dos produtos, que vão desde o plantio à colheita. Motomecanizado o plantio, é na carpa manual que o desemprego rural se atenua um pouco, embora não resolva a crise gerada pela realidade do mercado de trabalho, caracterizado por uma oferta de emprego sempre menor que a expectativa da população trabalhadora.

A demanda residual por emprego está muito aquém do montante requerido na colheita. O emprego dos volantes, "bóias-frias", concentra-se principalmente na colheita, e uma oferta maior de emprego para essa população deriva do sucesso da safra. Daí, estar claro que os reflexos da recente seca devem ser analisados principalmente enquanto impacto sobre a colheita e, por isso mesmo, sobre o trabalhador "bóia-fria".

Na análise sobre o emprego agrícola, particularmente no que se refere à estacionalidade ou à demanda total, a lavoura do café foi considerada de forma específica, pois, embora tenha também na colheita o seu "pico" de exigência de mão-de-obra, caracteriza um quadro de melhor distribuição das necessidades em dh durante o ano agrícola, perfazendo uma elevada soma total. O café requer mão-de-obra comum nas operações de esparramação, carpa manual, adubação, tratamentos fitossanitários, arruação, desbrota e colheita — a qual se subitemiza em varrição (operação preparatória), derriça e repasse. Numa média aproximada para o Estado, emprega no processo produtivo entre 64,59 e 68,45 dh, dependendo do nível tecnológico que se utiliza, sendo de 28,88 a 37,98 dh na colheita (período maio-agosto) e de 26,61 a 39,57 dh (período setembro-abril) nas citadas operações intermediárias. Esses somatórios e suas distribuições no ano por si só explicam a importância desta lavoura quanto à oferta de emprego e a sua adequação mais equilibrada ao longo do ano agrícola.

Por estabelecer esta oferta ininterrupta de emprego, o café é a atividade que, sob os efeitos da seca, causa maior retração às expectativas da população trabalhadora rural. Da mesma forma que o café, as lavouras perenes não mostram, de imediato, todos os resultados econômicos e sociais advindos com intempéries, pois os seus reflexos não se resolvem com a normalização climática, estendendo-se às safras futuras, quando, então, os danos causados à área irão repercutir na demanda das operações intermediárias e, futuramente, na produção.

Os quadros 3 e 4 permitem comparar as estimativas de utilização de mão-de-obra entre o ano agrícola 1984/85 e 1985/86, caso não houvesse ocorrido a estiagem neste último. Estes dados comparativos, elaborados segundo condições normais de clima e pluviometria, praticamente não indicam diferenças significativas de oferta de emprego (-1%), tanto em termos totais como parciais, para as lavouras perenes e anuais. Este fa-

to confirma que a queda numérica de jornadas de trabalho, indicada nos quadros posteriores, realmente diz respeito à seca. Isto porque, se tivessem ocorrido quaisquer interferências, como por exemplo de políticas agrícolas, os valores do quadro 4 seriam inferiores ou superiores ao quadro 3.

A comparação entre os quadros 4 e 5 permite avaliar o decréscimo na utilização da mão-de-obra na safra 1985/86, decorrente da diminuição de área, isto é, entre a intenção de plantio dos produtores rurais antes da estiagem e a área efetivamente plantada — este foi o aspecto denominado de efeito-área. Os dados estimados apontam uma redução de 3,79% de jornadas, correspondendo a 5.899 mil dias-homem, o que em termos de ressonância social não deve ser considerado, à primeira vista, como um dado catastrófico. No entanto, vale frisar que essa estimativa de emprego de mão-de-obra apresentou uma redução total insignificante, a qual decorre do fato de não terem sido consideradas alterações nas áreas das culturas perenes, refletindo, portanto, somente as conseqüências da redução de área das culturas anuais. Como já se referiu, para essas culturas, dado o seu ciclo curto, os reflexos sociais de um choque climático são imediatos. O efeito-área passa a ser mais relevante para as culturas anuais, as quais, por sua vez, absorvem as alterações climáticas no próprio ano agrícola em questão, dada a racionalidade endógena do seu ciclo produtivo. Dentre estas culturas, as maiores reduções dizem respeito ao milho, justamente por demandar maior número de jornadas de trabalho humano no seu ciclo produtivo.

Os quadros 6 e 7 montados com o propósito de avaliar os reflexos da estiagem sobre a produção, partem das seguintes hipóteses sobre a produtividade aliada a reduções de área (H_I — pior produtividade nos últimos dez anos; H_{II} — média das cinco piores produtividades nos últimos dez anos). A adoção desses dois níveis de produtividade como hipóteses tem o sentido de evidenciar a compreensão que o efeito-produção, em resposta a um evento meteorológico, provoca no mercado de trabalho rural. Basta comparar esses dados com as estimativas de emprego baseadas nas áreas plantadas, segundo o levantamento de 27/12/85 (quadro 5), para tornar claro que o impacto da seca sobre a produtividade causou maior redução da absorção de mão-de-obra do que a redução de área. As culturas perenes passaram, nesta parte da análise, a representar 84,20% sob a hipótese I e 78,85% sob a hipótese II dos totais da redução, e seus "picos" estão identificados no período maio/agosto, onde concentram-se as suas colheitas.

Finalizando a análise, procurou-se avaliar a queda na absorção de mão-de-obra entre a safra 1984/85 e 1985/86. A safra 1984/85, em condições normais de plantio e produtividade, quando comparada à safra 1985/86, considerando decréscimo de área e produção decorrente da estiagem, apresentou uma redução de jornadas entre 9% (Hipótese I) e 19% (Hipótese II), o que em termos de jornadas de trabalho significa 14.039 mil e 30.503 mil dias-homens, respectivamente. Destaca-se, primeiramente, em termos relativos, a redução da absorção de mão-de-obra nas culturas anuais, que em 1985/86 é da ordem de 23% (Hipótese I) e 28% (Hipótese II), inferior a 1984/85. Entretanto, em termos absolutos, salienta-se que a cultura do café apresenta uma redução entre 4.189 mil a 16.782 mil jornadas em termos do emprego agrícola, e nesse sentido não é demais lembrar que o impacto da seca sobre as culturas perenes deve persistir até a normalização das áreas afetadas.

Com o propósito de avaliar o número de trabalhadores que não obtiveram

emprego na safra 1985/86 — quando comparada à safra 1984/85 —, as jornadas de trabalho foram convertidas em número de trabalhadores. Os dados obtidos estimaram que, para uma população envolvida de 523.790 trabalhadores, não obtiveram emprego entre 46.826 (Hipótese I) e 101.615 (Hipótese II) indivíduos.

4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito inicial deste trabalho foi o de demonstrar que não se apreendem os impactos da estiagem, separando as conseqüências sociais das expectativas econômicas. Abordar os efeitos do recente fenômeno da seca de maneira segmentada, isto é, apreendê-los estritamente a partir de cálculos econômicos (importação, exportação, reservas cambiais, etc.) é reduzir esse choque agrícola a um problema simplesmente de abastecimento. Neste raciocínio, a conclusão se limitaria a indicar como solução do problema a obtenção do equilíbrio entre exportações e importações, sem que fossem produzidas grandes alterações ao nível das reservas cambiais. Porém, o que se deixa de observar é que o efeito sobre o homem que vive do trabalho direto na agricultura não tem ajuste, pois não se recompõe trabalho não demandado pela safra perdida (e, conseqüentemente, o salário), nem há seguro que cubra seu desemprego.

Quanto a esta última afirmação, vale salientar que a recente política monetária (decretada no dia 28/02/86) praticamente excluiu o trabalhador rural deste seguro, pois para tanto impõe-se a contribuição para a previdência social em 36 meses, pelo menos, nos últimos quatro anos e obriga-se à comprovação da condição de assalariado junto à pessoa jurídica de direito público ou privado durante os últimos seis meses, mediante registro na carteira de trabalho e previdência social (artigo 25, do Decreto-Lei 2.284). Sucede, no entanto, que além de a maioria dos trabalhadores rurais ser composta pelos "bóias-frias" — trabalhadores rurais temporários, que sequer possuem a carteira de trabalho assinada — o recolhimento previdenciário no campo é efetuado através da taxação de 2,5% sobre a produção agrícola (FUNRURAL) e, portanto, não há condições de o trabalhador rural apresentar no seu contra-cheque de pagamento, como o trabalhador urbano, a parcela referente à contribuição previdenciária.

Mais que o mercado agrícola (oferta e demanda dos produtos), é o homem o principal elemento de sujeição (e desajuste) aos fatores exógenos (excesso de chuva, estiagem prolongada, infestação de pragas e moléstias, etc.), aos planos de produção e, por conseguinte, à própria estrutura produtiva das unidades agrícolas.

Não cabe aqui discorrer sobre a descapitalização do pequeno produtor e a proletarianização conseqüente a que está sujeito, o que implicaria uma análise exaustiva e profunda das políticas agrícolas (sistemas de crédito, seguro rural, preços mínimos, comercialização, etc.). O que realmente se propõe é ressaltar o desinteresse pelo trabalhador rural nas análises sobre as questões agrícolas e/ou agrárias, fato este que acaba por reforçar a pouca atenção que lhe é concedida nos planos do Estado. Se a agricultura é o setor da economia mais suscetível à flutuação do mercado — entendido desde a formação dos

preços (internos e internacionais) dos produtos e dos fatores de produção, até os estímulos via programas especiais — e aquele cuja esfera de produção corre nos trilhos imponderáveis do clima, então, pode-se afirmar que é o trabalhador rural volante, que constrói o seu salário às custas das ofertas temporárias de emprego, o pólo refletor do comportamento de toda agricultura.

Nesse sentido, não seria demais postular que o efeito principal da recente seca na agricultura de São Paulo deve ser medido pelas jornadas de trabalho não demandadas, o que se traduz em cruzados não recebidos e, no limite, não revertidos na própria esfera agrícola de produção. Decorre dessa discussão a necessidade de por em destaque o desemprego rural como principal reflexo desta seca, a qual, segundo as estimativas, atingiu entre 46.826 (Hipótese I) e 101.615 (Hipótese II) trabalhadores rurais no Estado de São Paulo.

Concluindo, vale dizer que esta discussão apenas ressalta mais um elemento de arbítrio a que está sujeito o trabalhador volante, ou seja, as alterações climáticas atuam sobre a precária oferta temporária de emprego, contraindo-a tanto quanto as alterações estruturais e/ou conjunturais da agricultura.

QUADRO 2. - Estimativa dos Efeitos da Estiagem Sobre a Área Plantada e a Produção de Algumas Culturas, Estado de São Paulo, Safra Agrícola 1985/86

Cultura	Intenção de plantio ⁽¹⁾ (ha)	Área cultivada ⁽²⁾ (ha)	Variação em relação à intenção plantio (%)	Produtividade		Produção Provável			
				Hipótese I (kg/ha)	Hipótese II (kg/ha)	Hipótese I (1.000t)	Variação em relação a 1984/85(%)	Hipótese II (1.000t)	Variação em relação a 1984/85(%)
Algodão	296.600	268.050	-10	1.039	1.415	278,50	-54	379,29	-38
Amendoim das águas	109.100	92.770	-15	1.507	1.602	139,80	-37	148,62	-33
Arroz	336.400	270.700	-19	720	1.026	194,90	-61	277,74	-44
Feijão das águas	218.100	182.240	-16	449	538	81,82	-42	98,05	-31
Milho	1.250.000	1.032.600	-17	1.750	2.121	1.807,05	-39	2.190,14	-26
Soja	473.300	439.450	-7	1.334	1.666	586,28	-39	732,12	-24
Café	774.370 ⁽³⁾	767.080	-1	310	494	237,79	-52	378,94	-23
Laranja	532.600 ⁽⁴⁾	543.900	2,1	12.762	14.468	6.941,25	-26	7.869,14	-16
Cana-de-açúcar	1.919.100 ⁽⁴⁾	1.919.100	0	64.103	66.639	123.020,06	-2	127.886,90	2

⁽¹⁾ 1º Levantamento – Intenção de Plantio, realizado no período de 20/09/85 a 10/10/85.

⁽²⁾ Situação em 27/12/85.

⁽³⁾ Área em produção em 1984/85.

⁽⁴⁾ Área em produção, 5º levantamento ano de 1984/85.

OBS.: Hipótese I – pior produtividade nos últimos dez anos; hipótese II – média das cinco piores produtividades nos últimos dez anos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 3. - Estimativa de Utilização de Mão-de-Obra nas Principais Atividades Agrícolas nos Períodos Considerados, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1984/85⁽¹⁾

(em dias-homem)

Cultura	Set./Out.	Nov./Jan.	Fev./Abr.	Mai./Ago.	Set./Ago.
Algodão	1.221.838	4.239.481	4.616.497	—	10.077.810
Amendoim das águas	608.187	2.101.106	—	—	2.709.293
Arroz	663.970	2.165.529	1.858.535	—	4.688.032
Feijão das águas	1.043.234	3.301.581	—	—	4.344.815
Milho	3.662.586	5.469.454	4.213.969	—	13.346.010
Soja	<u>559.915</u>	<u>1.672.423</u>	<u>272.948</u>	—	<u>2.505.285</u>
Subtotal	7.759.730	18.949.574	10.961.949	—	37.671.245
Café	8.497.154	8.296.700	9.789.090	24.928.520	51.511.460
Laranja	1.312.695	5.736.780	7.885.569	7.259.362	22.194.400
Cana nova	1.403.637	1.109.156	1.102.287	2.231.274	5.846.354
Cana em produção	<u>11.305.950</u>	<u>6.255.424</u>	<u>3.882.644</u>	<u>18.469.780</u>	<u>39.913.790</u>
Subtotal	22.519.436	21.398.060	22.659.590	52.888.936	119.466.004
Total	30.279.166	40.347.634	33.621.539	52.888.936	157.137.250

(¹) Estimativa efetuada com base na área efetivamente cultivada na safra 1984/85.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4. - Estimativa de Utilização de Mão-de-Obra nas Principais Atividades Agrícolas de acordo com a Intenção de Plantio ⁽¹⁾, nos Períodos Considerados, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1985/86

(em dia-homem)

Cultura	Set./Out.	Nov./Jan.	Fev./Abr.	Mai./Ago.	Set./Ago.
Algodão	930.064	3.243.573	3.516.548	—	7.690.186
Amendoim das águas	637.199	2.152.282	—	—	2.789.481
Arroz	723.251	2.353.141	2.014.584	—	5.090.976
Feijão das águas	1.000.897	3.161.209	—	—	4.162.107
Milho	3.962.764	5.916.950	4.553.337	—	14.433.050
Soja	534.829	1.601.530	261.311	—	2.397.670
Subtotal	7.789.004	18.428.685	10.345.780	—	36.563.470
Café	8.496.062	8.295.608	9.787.910	24.925.640	51.505.220
Laranja	1.312.695	5.736.780	7.885.569	7.259.362	22.194.400
Cana nova	1.403.637	1.109.156	1.102.287	2.231.274	5.846.354
Cana em produção	11.305.950	6.255.424	2.882.644	18.469.780	39.913.790
Subtotal	22.518.344	21.396.968	22.658.410	52.886.056	119.459.764
Total	30.307.348	39.825.653	33.044.190	52.886.056	156.023.234

⁽¹⁾ Estimativa efetuada com base na área cultivada na safra 1985/86, segundo informações do levantamento "Intenção de Plantio", do IEA/CATI, realizado entre 20/09/85 e 10/10/85.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5. - Estimativa de Utilização de Mão-de-Obra nas Principais Atividades Agrícolas, de acordo com a Área Plantada ⁽¹⁾ nos Períodos Considerados, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1985/86

(em dias-homem)

Cultura	Set./Out.	Nov./Jan.	Fev./Abr.	Mai./Ago.	Set./Ago.
Algodão	821.194	2.869.310	3.120.309	—	6.810.813
Amendoim das águas	527.094	1.804.523	—	—	2.331.617
Arroz	571.721	1.864.173	1.558.620	—	3.994.514
Feijão das águas	840.099	2.643.485	—	—	3.483.584
Milho	3.240.729	4.853.469	3.735.881	—	11.830.080
Soja	<u>496.578</u>	<u>1.475.904</u>	<u>241.019</u>	—	<u>2.213.502</u>
Subtotal	6.497.415	15.510.864	8.655.829	—	30.664.110
Café	8.416.976	8.218.800	9.697.002	24.693.410	51.026.200
Laranja	1.341.720	5.860.864	8.055.350	7.414.960	22.672.890
Cana nova	1.403.637	1.109.156	1.102.287	2.231.274	5.846.354
Cana em produção	<u>11.305.950</u>	<u>6.255.424</u>	<u>3.882.644</u>	<u>18.469.780</u>	<u>39.913.790</u>
Subtotal	22.468.283	21.444.244	22.737.283	52.809.424	119.459.234
Total	28.965.698	36.955.108	31.393.112	52.809.424	150.123.344

⁽¹⁾ Estimativa efetuada com base na área cultivada na safra 1985/86, segundo informações CATI/IEA, datadas de 27/12/85.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 6. - Estimativa de Utilização de Mão-de-Obra nas Principais Atividades Agrícolas, de Acordo com a Área Plantada, Hipótese I ⁽¹⁾ nos Períodos Considerados, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1985/86

(em dias-homem)

Cultura	Set./Out.	Nov./Jan.	Fev./Abr.	Mai./Ago.	Set./Ago.
Algodão	821.194	2.869.310	2.028.201 ⁽²⁾	—	5.718.705
Amendoim das águas	527.094	1.551.890 ⁽²⁾	—	—	2.078.984
Arroz	571.721	1.864.173	872.827 ⁽²⁾	—	3.308.721
Feijão das águas	840.099	1.929.744 ⁽²⁾	—	—	2.769.843
Milho	3.240.729	4.853.469	2.839.270 ⁽²⁾	—	10.933.468
Soja	<u>469.578</u>	<u>1.475.904</u>	<u>168.713</u>	—	<u>2.141.195</u>
Subtotal	6.497.415	14.544.490	5.909.011	—	26.950.916
Café	8.416.976	8.218.800	9.697.002	8.395.759 ⁽²⁾	34.728.537
Laranja	1.341.720	5.860.864	8.055.350	6.006.118 ⁽²⁾	21.264.052
Cana nova	1.403.637	1.109.156	1.102.287	2.008.147 ⁽²⁾	5.623.227
Cana em produção	<u>11.305.950</u>	<u>6.255.424</u>	<u>3.882.644</u>	<u>16.622.802 ⁽²⁾</u>	<u>38.066.820</u>
Subtotal	22.468.283	21.444.244	22.737.283	33.032.826	99.682.636
Total	28.965.698	35.988.734	28.645.294	33.032.826	126.633.552

⁽¹⁾ Estimativa efetuada com base na área cultivada na safra 1985/86, segundo informações CATI/IEA, datadas de 27/12/85 e hipótese sobre a produtividade das culturas (H₁: pior produtividade alcançada nos últimos dez anos).

⁽²⁾ Período de colheita, onde foi considerada a quebra na produção segundo a Hipótese I.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 7. - Estimativa de Utilização de Mão-de-Obra nas Principais Atividades Agrícolas, de Acordo com a Área Plantada, Hipótese II ⁽¹⁾ nos Períodos Considerados, Estado de São Paulo, Ano Agrícola 1985/86

(em dias-homem)

Cultura	Set./Out.	Nov./Jan.	Fev./Abr.	Mai./Ago.	Set./Ago.
Algodão	821.194	2.869.310	2.777.075 ⁽²⁾	—	6.467.579
Amendoim das águas	527.094	1.660.161 ⁽²⁾	—	—	2.187.255
Arroz	571.721	1.864.173	1.231.310 ⁽²⁾	—	3.667.204
Feijão das águas	840.099	2.299.832 ⁽²⁾	—	—	3.139.931
Milho	3.240.729	4.853.469	3.437.011 ⁽²⁾	—	11.531.209
Soja	496.578	1.475.904	212.097 ⁽²⁾	—	2.184.579
Subtotal	6.497.415	15.022.849	7.657.493	—	29.177.757
Café	8.416.976	8.218.800	9.697.002	20.989.399 ⁽²⁾	47.322.177
Laranja	1.341.720	5.860.864	8.055.350	6.821.763 ⁽²⁾	22.079.697
Cana nova	1.403.637	1.109.156	1.102.287	2.097.398 ⁽²⁾	5.712.478
Cana em produção	11.305.950	6.255.424	3.882.644	17.361.593 ⁽²⁾	38.805.611
Subtotal	22.468.283	21.444.244	22.737.283	47.270.153	113.919.963
Total	28.965.698	36.467.093	30.394.776	47.270.153	143.097.720

⁽¹⁾ Estimativa efetuada com base na área cultivada na safra 1985/86, segundo informações CATI/IEA, datadas de 27/12/85 e hipótese sobre a produtividade das culturas (H₁₁: média das cinco piores produtividades nos últimos dez anos).

⁽²⁾ Período de colheita, onde foi considerada a quebra na produção segundo a Hipótese II.

Fonte: Dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).